

**"Putá que não cobra"¹:
corpos, afetos e desafios de pesquisa na cena do trabalho sexual²**

Débora Antonieta Silva Barcellos Teodoro, UFVJM/MG

Palavras-chave: Posicionalidade. Trabalho sexual. Etnografia.

Introdução

Fátima Medeiros, trabalhadora sexual e presidenta da Articulação Nacional de Profissionais do Sexo (ANPROSEX) e da Associação de Profissionais do Sexo da Bahia (APROSBA), convoca: “Se quer pesquisar a gente, tem que pisar no cabaré!”. A convocação é complementada por um desabafo em relação a pessoas que manifestam o interesse em pesquisar sobre o tema, mas se recusam a adentrar nos territórios do trabalho sexual.

Na cena do trabalho sexual o corpo é um campo de batalhas múltiplas - no âmbito do trabalho em si, no âmbito dos enfrentamentos produzidos pelo estigma, no âmbito das disputas em torno de moralidades, no âmbito da produção de subjetividades, no âmbito individual e coletivo etc. Argumento que a ideia de corpo enquanto campo de batalhas pode ser experimentada de formas particulares por pesquisadoras não trabalhadoras sexuais que atendem à convocação de Fátima.

Diante desse contexto, procuro descrever e explorar alguns aspectos relacionados ao encontro de corpos de pesquisadora e interlocutoras, à produção de afetos e ao enfrentamento a desafios a partir de minha experiência de pesquisa doutoral na cena do trabalho sexual.

Cena 1

Uma mulher qualquer no cabaré ou sobre qualquer mulher no cabaré

¹ Expressão presente no título da comunicação, é a forma como Lourdes Barreto, uma das lideranças mais antigas do movimento de trabalhadoras sexuais, nomeia mulheres não trabalhadoras sexuais que atuam como aliadas às pautas e demandas da categoria.

² Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026)

[...] as (auto)etnografias³ suscitam discussões sobre uma adequada economia das revelações, configurando este problemático e significativo lugar que é o lugar da intimidade do etnógrafo em campo, na contemporaneidade. O quanto dessa esfera íntima pode ou deve ser acessada pela descrição etnográfica? E o que não pode ou não deve ser escrito? (Lopes, 2023, p. 58).

Um homem aparece na entrada do salão. Sentada em um banco comprido e estreito, me viro de lado para conversar com um amigo, enquanto finjo não ter notado a chegada de Jurandir. Por meio de minha visão periférica, percebo que ele se aproxima e se senta no banco, bem ao meu lado. E logo pergunta: “O que você está fazendo aqui?”. Respondo secamente: “Trabalhando!”. Encarei-o por alguns segundos, com sarcasmo nos olhos e no sorriso. Volto a atenção para meu amigo, mas consigo observar o corpo inquieto de Jurandir, com ar de irritação, meneando a cabeça como que inconformado, olhando para um lado e para o outro, como quem tentasse entender o que estava acontecendo ali. Ele se levanta, de forma embaralhada e um pouco engraçada. Segue para o rumo da porta, desce as escadas e vai embora. Mais tarde, Jurandir acabou voltando, mas não se dirigiu a mim novamente.

Jurandir é um conhecido das antigas, com quem eu não possuía contato próximo como outrora. Pai de família. Lê a bíblia. Gosta de postar versículos e mensagens com lições de moral em redes sociais. É visto pela sociedade como um guardião dos bons costumes. Entretanto, a cena descrita anteriormente se passa em um cabaré, boate, zona, puteiro, como queira Jurandir chamar. A cidade é pequena e todo mundo conhece todo mundo. Quando eu disse que estava trabalhando, me referia ao fato de estar ali como pesquisadora. Porque é uma luta nossa defender a pesquisa como trabalho. Assim como é uma luta conseguir que o trabalho sexual seja socialmente legitimado como trabalho, claro, resguardadas as devidas e relevantes diferenças entre os dois labores. Mas a questão que interessa a esse relato é que eu estava em um puteiro e disse que estava trabalhando, sem maiores explicações.

³ Como se poderá perceber ao longo do texto, tratar a proposta de refletir sobre o corpo da antropóloga em campo me suscita questões que pretendo desenvolver melhor posteriormente naquilo que tange ao debate Antropológico contemporâneo sobre autoetnografia.

Dentre as muitas coisas que pode evocar ou significar, a palavra puta, a depender do contexto, pode ser considerada um mecanismo de controle sobre o comportamento feminino. Quando exortadas em relação ao que não devemos ser, fazer ou parecer, somos alertadas quanto a possíveis comparações com a figura da puta – nesse caso, sob a semântica de uma mulher promíscua, que não vale nada, que dá para qualquer um, que não se dá o respeito, que não tem valor, posto que ela mesma não se dá valor. A história mostra que há, desde alguns séculos, um esforço contínuo em se separar mulheres por meio de oposições como boas e más, puras e impuras, santas e pecadoras etc. (Roberts, 1998; Prada, 2018; Barcellos, 2024). Se na vida cotidiana vivemos à sombra desse pânico moral, não é exagero afirmar que se uma mulher está com os pés fincados e o corpo em evidência sob a luz do cabaré, fatalmente, ela será lida como puta. Eu poderia ter dito a Jurandir que estava ali fazendo pesquisa. Mas confesso que foi bastante prazeroso responder apenas que estava trabalhando. Por três motivos – pelo simples fato de não sentir a menor obrigação ou vontade de me explicar; por ter aprendido com minhas interlocutoras de pesquisa que a palavra puta – assim como termos correlatos - não precisa ser tomada como ofensa; e por aceitar a provocação de Natânia Lopes (2023), ao me permitir ser classificada como se fosse uma puta de verdade. Em seu livro “Atuar ou não como prostituta”, Natânia faz uma “Convocação ao Baile de Máscaras para Putas e Simpatizantes”, da qual destaco o seguinte trecho:

Quero uma corrente de gente que sai por aí escrevendo em suas publicações pela internet, livros e cartas, e-mails e currículos: “Fui convidado a revelar que sou trabalhadora sexual”; “E se eu fosse puta?”, etc. etc. Especialmente aqueles que nunca trabalharam com prostituição. Mintam! Dancemos! Faça os outros acreditarem que você é prostituta, que tem uma vida dupla e que os enganou o tempo todo. (Lopes, 2023, p. 88).

Se um corpo circunscrito em determinado campo pode ser tomado como texto, em certo sentido, ali, no cabaré, eu jogava o jogo proposto por Natânia. Digo em certo sentido porque ser lida como puta se dava a despeito de minha vontade ou intenção de estar participando do “baile de máscaras” naquela situação específica.

Ademais, algumas trabalhadoras das casas que frequentei costumavam levantar um cartão vermelho, deixando claro que eu não fazia parte do jogo ou, então, não era convidada para o baile. Explico. Não se trata de repudiarem minha presença, mas de deixar claro para os seus possíveis clientes que eu não era puta – umas vezes se limitando a dizer “ela não trabalha na casa”, “não mexe com ela”, “o marido dela está ali, ó...”, noutras revelando detalhadamente quem eu era: “essa aqui é minha amiga Débora que está fazendo uma pesquisa sobre a gente”. Nunca questioneei a nenhuma das trabalhadoras sexuais dos cabarés quanto à real intenção de tais atitudes. Às vezes parecia que queriam me proteger da importunação dos homens, mas, noutras, prevalecia para mim, de forma muito particular, a sensação de estarem demarcando seus territórios, delimitando fronteiras entre elas e eu.

Cena 2

“Eu gostei dela, porque ela se parece uma de nós!”

São Luís do Maranhão, novembro de 2023. O calor melado, comumente sentido em função da umidade em latitudes próximas à linha do Equador, causa um desconforto significativo para quem chega das regiões mais próximas aos trópicos. Em meio a esse detalhe geográfico-climático, ouvi de Juma Santos⁴ a frase que intitula esse tópico “Eu gostei dela, porque ela se parece uma de nós!”.

Era o primeiro dia do encontro I Marapiauí⁵. Foi a segunda ocasião em que eu comparecia a um evento organizado por trabalhadoras sexuais. Até ali, eu tinha contato próximo com algumas poucas trabalhadoras sexuais ativistas, a exemplo de Monique Prada, autora do livro Putafeminista; Diana Soares, vice-presidenta da Anprosex e fundadora da Associação de Prostitutas do Rio Grande do Norte (ASPRORN) e Jade, fundadora e presidenta do Clã da Lobas, de Minas Gerais.

Não havia nada demais – ou de menos – em minhas roupas. Todas nós ali presentes driblávamos o calor com trajes confortáveis e condizentes com a situação: fim

⁴ Juma Santos, conhecida como Juma das "Tulipas do Cerrado", é uma ativista, educadora e ex-profissional do sexo. Ela é a fundadora e coordenadora do coletivo Tulipas do Cerrado, uma organização social e rede de redução de danos que atua no Distrito Federal e entorno.

⁵ Nos dias 24 e 25 de novembro de 2023 aconteceu em São Luís do Maranhão o I Marapiauí. Um encontro de trabalhadoras sexuais que contou com a presença das três articulações nacionais – Rede Brasileira de Prostitutas (RBP), Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais (CUTS) e Associação Nacional de Profissionais do Sexo (ANPROSEX), coletivos e lideranças de vários lugares do país, trabalhadoras sexuais e público em geral.

de primavera no norte do Brasil. Para não passar mal de calor, eu trajava bermudas jeans, uma camiseta de alcinha com uma sobreposição em tecido vazado e chinelos. Assim que as atividades do dia se encerraram, fomos deixando o convento das Mercês, local do evento, e a pergunta que ecoava era “onde iremos beber?”. Aquele calor estava pedindo uma cerveja desde cedo. Havia um bar que seria o principal ponto de encontro fora do local do evento. Mas as participantes de Brasília iam para outro lugar naquele momento. Enquanto eu caminhava ao lado de Jade, Juma convidou para nos juntarmos a ela. Minha conterrânea disse que iria para o hotel, tomar um banho. Num ímpeto, Juma me tomou pelo braço e, me olhando dos pés à cabeça, disse: “Ela vai com a gente. Vamos roubar ela não. E eu gostei dela, porque ela se parece uma de nós”. Eu fiquei lisonjeada e, ao mesmo tempo, reflexiva. O que Juma quis dizer ao justificar sua simpatia por mim, enquanto fitava meu corpo?

Acompanhei as Tulipas do Cerrado, do coletivo de Brasília, fiz o social, tomei algumas cervejas, participei da vaquinha para comprar mais. Eu sabia que estava sendo observada e que meu corpo, minhas palavras e minhas atitudes estavam sob o escrutínio das pessoas que ali estavam. Algo dentro do esperado e encarado por mim com naturalidade nesse processo de produção das relações em campo. Trabalhadoras sexuais estão habituadas e, ao mesmo tempo, enfadadas de nós, pesquisadoras. Eu sabia que estava sendo lida o tempo todo. Só não sabia como exatamente ali naquela ocasião. E não sei se um dia saberei. Me despedi, dizendo que ia para meu local de hospedagem para tomar um banho, e propus de nos encontrarmos mais tarde no bar. E assim foi!

Confesso que, até hoje, uma curiosidade me habita quanto ao que Juma pensou e o que exatamente ela quis dizer ao afirmar “ela se parece uma de nós”. Mas isso é o menos importante, uma vez que, o que significou concretamente naquele momento, foi a minha aceitação pelo grupo. Não estávamos no cabaré. Mas sugiro que “pisar no cabaré”, como convoca Fátima, pode ter sentidos para além de colocar os pés em uma zona. Tentarei elucidar minha sugestão, partir de outras cenas.

Ao convidar uma produtora de conteúdo adulto para interlocução em minha pesquisa, fui surpreendida pela proposta de participar de uma live que seria transmitida em seu perfil no Instagram. Ela possuía uma espécie de programa de entrevistas, em que conversava sobre questões diversas, afins ou não ao seu campo de atuação. No caso de nossa conversa, seria uma “entrevista às avessas”. Ela, que costumava ser a entrevistadora, seria entrevistada por mim, enquanto aquele momento do meu trabalho de campo tomaria uma dimensão pública e em tempo real. Como descrevo na tese, foi algo

bastante desafiador para mim, tanto pela questão metodológica em si, quanto pelo fato de que eu precisaria me expor numa rede social para um número de pessoas totalmente fora de um possível controle. E, nesse aspecto, sou relativamente reservada e mantenho um perfil pessoal fechado.

Entretanto, topei a parada. Divulguei para meus poucos seguidores e convidei pessoas conhecidas a assistir. O resultado foi incrível. A entrevista às avessas foi muito emocionante, atendendo às questões que davam o mote à minha tese de doutorado. Ao final, um amigo me mandou uma mensagem, parabenizando pela live, dizendo que havia sido importante para ele e que jamais imaginava uma produtora de conteúdo adulto naquela condição tão vulnerável e sensível. Mas ele foi além. Escreveu bem assim: “quem não te conhece, acha que você também é trabalhadora sexual”. Questionei o porquê, e ele seguiu: “você fala como se fosse uma delas”. Ali, senti meus pés “fincados no cabaré” e dançando toda plena no baile de máscaras de Natânia Lopes, sem saber que o fazia e sem que tivesse a intenção de fazê-lo.

Noutra situação, em ocasião de um encontro regional, eu e Gabi, uma amiga que também é pesquisadora do tema, fomos intimadas por Brisa para uma cervejinha num bar. Assim que chegamos, ela estava ao telefone: “estou no bar Tal, com duas amigas”. Encerrou a chamada e nos avisou: “convidei um namorado (cliente) para vir aqui, porque vou sair com ele depois”. Quando o tal namorado chegou, trazia consigo dois amigos. Automaticamente, cada um daqueles homens se aproximou de Gabi e de mim. Na cena, era nítida a intenção de “saírem conosco” dali depois. Eu e Gabi, entendidas da situação, nos portávamos de forma a não sermos grosseiras, mas, ao mesmo tempo, esquivando nossos corpos de toda e qualquer investida – que eram frequentes.

Ainda que eu e Gabi estivéssemos acostumadas a tal contexto, o nosso desconforto não passou ileso à observação de Brisa, que apressou o fim de nosso encontro e, muito discretamente, nos pediu desculpas. Dissemos a ela que não se preocupasse, e que estava tudo bem. E, realmente, estava. Ela partiu com o namorado. Os amigos dele foram embora. Ufa! Eu e Gabi caminhamos um pouco e conversamos sobre esses ossos do ofício. Entretanto, também refletimos a respeito de como independentemente de estarmos junto de uma trabalhadora sexual, fomos tratadas de maneira parecida em diversos momentos ao longo da vida – homens se sentindo muito à vontade para investir seus corpos sobre os nossos – por meio de aproximações, toques e comentários não solicitados. O machismo nosso de cada dia. E o baile segue...

Numa situação mais recente, na condição de voluntária da Anprosex, fui convidada a participar de uma reunião junto a um setor institucional na esfera federal. Chegamos numa pequena comitiva e nos apresentamos, mencionando apenas nossos nomes e dizendo que éramos da Anprosex. A não ser pelos tons vermelhos de nossos batons, nada naquela ocasião remetia ao estereótipo da puta imaginada. Estávamos trajadas segundo o decoro e a formalidade relativa à ocasião.

A reunião transcorreu dentro do esperado. O baile de máscaras, dessa vez rolou em um ambiente de muita pompa e gala, e nos permitiu sensualizar livremente nossas pautas, ao mesmo tempo em que alimentávamos a imaginação das pessoas que ali estavam. Enquanto reivindicávamos ações mais efetivas para garantia de direitos da categoria e apontávamos algumas formas equivocadas de atuação daquela instituição, para nossos ouvintes, éramos todas putas.

*

Seja no cabaré sendo lida como puta; ou no movimento das trabalhadoras sexuais sendo recebida como aliada; ou sendo apresentada a clientes e circulando em espaços institucionais sem maiores esclarecimentos quanto a eu ser ou não trabalhadora sexual; ou me aliando a formas narrativas e discursivas que me fazem ser vista “como se fosse uma delas”, o fato é que a experiência corporificada neste campo modificou de forma significativa minhas formas de ser, estar e atuar no mundo, na pesquisa e para além dela. Foi necessário lidar com assédios e questões morais particulares e de terceiros, estabelecer limites, fazer escolhas quanto a onde e como circular, realizar negociações pessoais e relacionais etc. Ao mesmo tempo, também dando relevo ao corpo nessas reflexões incipientes, percebo que caminhos para compreender especificidades das experiências de trabalhadoras sexuais podem ser fortemente iluminados. Mas não só. Noto que tal fato também pode ampliar, potencialmente, formas de compreender a mim mesma e a outras mulheres externas a esse universo.

O contexto

Descritas as cenas, importa, por fim, esclarecer o contexto maior do qual elas surgem. As experiências acima compartilhadas integram o campo de minha pesquisa doutoral, realizada junto a trabalhadoras sexuais, cuja tese (2025) foi intitulada “Não somos sozinhas no mundo! Temos filhos, temos família!: maternidades e feitura de família entre trabalhadoras sexuais”. No campo realizado nos anos de 2023 e 2024, estive em diferentes estados do país e inserida em distintos lugares e contextos – zonas,

encontros de trabalhadoras sexuais, eventos diversos, festas familiares, bares, restaurantes, casas de interlocutoras, reuniões em instituições como Defensoria Pública, casas legislativas, Ministério do Trabalho, Ordem dos Advogados do Brasil, etc.

A realização do trabalho foi profundamente atravessada por partilhas: de tempo, aprendizado, afetos, experiências, histórias, espaços, pessoas. Em um campo extremamente delicado, de difícil inserção, permeado de limites explicitamente impostos no que tange ao segredo e a uma espécie de interdição à família. Minha própria família – ascendente e descendente: meus pais e meus filhos – esteve presente em alguns momentos ao longo desta investigação; assim como meus próprios papéis exercidos no âmbito familiar – de filha, mãe, esposa, irmã – estiveram implicados. Cabe destacar, especialmente, a importância da minha circunscrição em campo desde o lugar de “pesquisadora-mãe”, categoria discutida por Daniela Dell’Aglio (2023) a partir de sua experiência de pesquisa por alguns meses em uma comuna rural, a qual se realizou com a presença permanente da filha pequena. A autora argumenta que sua posição de pesquisadora e mãe, ambas atuando o tempo todo ao longo da realização do trabalho, borravam as fronteiras de “pesquisador versus pesquisado”.

Frente a esse cenário, entendo se tratar de um campo impossível de ser adentrado com a pretensão de se desvencilhar das emoções. Ademais, Maria Claudia Coelho inspira nesse sentido:

O que importa de fato é reconhecer a presença necessária da interlocução afetiva como parte intrínseca da motivação intelectual, realizando a missão mais nobre da ciência [...], inclusive, ou talvez principalmente, quando faz de si mesma objeto de seu método: ganhar clareza em relação a seus processos. Mas porque é importante reconhecer a presença crucial do afeto para a interlocução intelectual? A importância desse reconhecimento é a admissão de que ele é um aspecto intrínseco do processo de produção de conhecimento. E essa admissão importa porque, se negada, pode conduzir a uma paralisia intelectual, provocada pelo ideal errônico de um fazer científico definido por uma “asepsia emocional.” (Coelho, 2024, p. 23).

Neste mesmo mote, Jeanne Favret-Saada (2005) instiga a pensar num fazer antropológico no qual quem pesquisa se deixe afetar, reconhecendo-se enquanto um sujeito vulnerável e permitindo que essa vulnerabilidade atue como meio para compreender sentidos e pontos de vista nativos de maneira mais reflexiva. Noutras palavras, a autora sugere privilegiar, dentre outras coisas, o “livre jogo de afetos desprovidos de representação” (p. 161), desafiando scripts rígidos de pesquisa, a pretensa neutralidade e o distanciamento que ordenam o fazer científico tradicional. Seguindo esses fluxos e assumindo os afetos, recorro a Donna Haraway para dimensionar o empreendimento para uma produção de conhecimento por meio da objetividade posicionada, na qual as interlocutoras de pesquisa são tomadas como agentes produtoras de saberes situados.

Ainda na dimensão dos afetos, importante citar Andréa Lobo (2024), que ao refletir sobre os nexos de cultivo entre mulheres caboverdianas, além de contribuir ricamente para reflexões acerca da maternidade – eixo central de minha tese – e formas solidárias de organização do cuidado, presta uma homenagem à tia Vivina, a respeito de quem escreveu o seguinte: “A mim, ela abriu seu abraço, seu conhecimento, sua casa, sua família e suas redes” (p. 10). Lobo também deixa registrados, de maneira sensível, aspectos da intimidade com tia Vivina, sua “mãe” caboverdiana, desnudando a porosidade do que costumamos classificar apenas como relações de interlocução, uma vez que revela também participar das redes que descreve. Destarte, essa porosidade se manifesta na transcendência dos afetos, naquilo que nos permitimos para além das intenções de pesquisa, no fato de lidarmos com as pessoas de carne e osso e, também, de assumirmos que somos de verdade, de carne, osso e sentimentos.

Nesta escrita, refletindo a partir do que nos convoca este grupo de trabalho, torna-se urgente pautar que sermos de carne, osso e sentimento é evocar explicitamente o corpo. Logo, o corpo e tudo o que o constitui – tanto a dimensão visível quanto a invisível - se implica profundamente no trabalho etnográfico. Me sinto, portanto, convidada e instigada a experimentações reflexivas a esse respeito.

No caso da empreitada do presente texto, ultrapasso a dimensão corporal daquilo que me constitui como mãe - as experiências de gestar, parir, nutrir, amamentar, carregar, cuidar, criar, educar – que mediou muitas reflexões da tese, além de ter sido um elemento importante de aproximação entre as interlocutoras e eu. Agora, passo a considerar e olhar para o meu próprio corpo desde perspectivas que urgem quando dou relevo ao elemento sexual, que além de estar explicitamente atribuído às mulheres profissionais do sexo com

quem pesquisei, sempre esteve presente, também em mim, enquanto mulher e pesquisadora no contexto do trabalho sexual.

Indagações em construção

Escrever este texto implica num retorno obrigatório aos meus registros de campo, deixados um pouco de lado muito recentemente, após findada a escrita da tese. E trata-se de um retorno com novos objetivos, por meio de um olhar não cogitado anteriormente. Ao revisitar meu caderno e diários de campo, desta vez mobilizada pela perspectiva de meu próprio corpo e das especificidades de um fazer antropológico entre mulheres que cobram por sexo, sou impelida a reflexões que se distanciam – e muito! - dos objetivos primeiros de minha investigação doutoral. Cabe aproveitar o ensejo para reforçar o entendimento de que os dados que produzimos em campo têm a qualidade de transcender nossos interesses mais imediatos quando de sua produção (Teodoro, 2023), de forma que a revisitação aos nossos diários e cadernos de campo sempre trazem consigo um potencial para novos olhares e exercícios teóricos, metodológicos e analíticos, confirmando a riqueza sempre presente no labor etnográfico. Especialmente, quando nos abrimos a novos desafios em outros momentos. Mas destaco que, por hora, tenho muito mais perguntas a fazer do que caminhos a sugerir.

Partilho, pois, algumas reflexões. Quando retorno àquilo que não coube em minha tese, trago Ana Clara Damásio com uma afirmação bastante pertinente a essa conversa: “Falar dos bastidores da pesquisa antropológica implica, quase sempre, voltar para aquilo que permanece fora do texto final, aquilo que foi silenciado, recortado ou considerado impróprio para a cena pública da escrita”. (2026, p. 1). Confesso que em muitos momentos ao longo do campo, cogitei como poderia ser interessante explorar alguns dos aspectos que não seriam bem vindos ou bem vistos para uma etnografia de defesa de tese considerada adequada – ou conservadora? - devendo, talvez, serem guardados para sempre. Entretanto, nunca imaginei que mergulharia nesse desafio tão cedo. E, nesse sentido, Natânia Lopes (2023b) faz uma convocação, distinta daquela do baile de máscaras. Cito-a, longamente:

São tempos em que os bastidores da pesquisa podem ser examinados com algum afrouxamento das balizas do medo, sem tanta concessão às políticas epistemológicas

conservadoras, que sempre atuaram em concurso com as políticas relacionais medíocres, reféns da organização hierárquica do universo acadêmico e da preocupação soberana com a projeção de carreira e “o futuro”, essa ficção terrível. Depois dos últimos anos de pandemia e da ascensão do neofascismo no mundo e no Brasil, creio que todos já tenhamos entendido que não há futuro. Precisamos lidar com o já, o agora absoluto, e é nessa dimensão do tempo que mora o poder da mudança que urge. Onde surge a responsabilidade que temos em contribuir para a reflexão antropológica, sem a prisão da velha fórmula: você precisa, primeiro, “chegar lá” para depois, aí sim, dizer o que pensa. Acontece que até que cheguemos a essa lá que recua mais e mais em direção ao poder instituído de dizer e de saber, vamo-nos conformando, firmando uma infinidade de pequenos e grandes pactos com as coisas tal como são, tal como estão. (Lopes, 2023b, p. 43)

Inspirada pela autora, é necessário exaltar a proposta e o desafio colocados por esse grupo de trabalho, que muito nos encoraja, ao abrir espaço para partilharmos reflexões a partir de nossas experiências corporificadas e particulares e, também, nossas inquietações. Retomo Damásio, desta vez destacando reflexões da autora a respeito dos segredos em nossos trabalhos de campo:

Neles [nos segredos] se condensam, talvez como em nenhum outro artefato da pesquisa, as tensões constitutivas do ofício antropológico, o cuidado entre exposição e resguardo, entre a elaboração íntima da experiência vivida e as exigências de sua tradução e publicização no espaço acadêmico (2026, p. 2).

Ao falarmos de nossos corpos em campo, adentramos à dimensão de coisas que talvez fariam em segredo e, assim, seguimos produzindo textos a partir desses artefatos, agora expostos, nos termos de Damásio (2026). Mas sugiro que seguimos numa via de

mão dupla no que tange ao julgar – nos limitando ao que julgamos necessário, e, ao mesmo tempo, buscando nos resguardar, na medida do possível. daquilo que nos exporia demasiadamente ao julgamento alheio. Nesse sentido, ao adentrar aos bastidores da pesquisa, jogando luz sobre nossos corpos, também mobilizamos fortemente “exposição e resguardo, elaboração íntima da experiência e as exigências de sua tradução e publicização no espaço acadêmico”. E de forma bastante particular, no caso de pesquisas junto a profissionais do sexo em função do elemento da moral sexual. Mas não só. Tensões outras, no que tange à dimensão epistemológica e metodológica, entram na cena de nossas produções. A exemplo dos desafios inerentes de um falar de si.

Dialogando com a convocação que aqui procuro atender, de refletir sobre nossos próprios corpos, sobre os corpos de quem pesquisa como um elemento “central à produção do conhecimento antropológico”, uma pergunta me persegue desde quando me inscrevi para essa construção coletiva sobre nós - estaríamos fazendo autoetnografias? Quais as tensões em torno disso, para além do fato de implicarmos nossos próprios corpos em campo como elementos – privilegiados, desafiadores, instigantes – de reflexão?

Penso que o desafio que nos dispusemos a encarar faz de nossos textos uma “escrita de si” e que estes nossos esforços podem ser, sim, classificados “autoetnografia”. Podem ou devem? Seremos nós a classificá-los desta forma? Ou outras pessoas farão isso em relação a nós, a nosso respeito, sobre nós? A despeito de tensões inerentes a esse debate no atual momento da Antropologia, Gama, Raimondi e Barros (2021) argumentam que:

Sendo uma metodologia que representa uma convergência entre o “impulso autobiográfico” e a “análise etnográfica”, ela constrói narrativas interpretativas de mecanismos de silenciamentos ao explorar aspectos biográficos, políticos e sociais na escrita (Spry, 2009). Autoetnografias são trabalhos críticos, políticos e emotivos que investem na apresentação de experiências e análises que engajam o/a leitor/a de forma ativa e sensível no assunto que é abordado. Considerando o corpo como um local privilegiado na produção do conhecimento, elas exploram as especificidades e as interseccionalidades dos sujeitos na produção de saberes e de justiça social, investindo na

diferença e na diversidade como possibilidades epistemológicas múltiplas (Brah, 2006). (Gama; Raimondi; Barros, 2021, p. 4)

Ademais, como bem nos lembra Damásio:

Mas Leach (1996) deixou a preciosa lição de que não é a teoria antropológica que atualiza o campo, mas sim o campo que atualiza a teoria vigente e a complexifica. É importante levar em consideração as exigências feitas pelo campo, ao mesmo tempo que nos fragilizamos para repensar o que de fato esse mesmo campo está gritando para nós. (2022, p. 2)

Retornando a nossos corpos e pensando-os enquanto indissociáveis de nossa intimidade, recorro, novamente, à Natânia Lopes, que nos diz que “estas escritas de si no âmbito do Gênero etnografia suscitam discussões a respeito do público e privado quando a intimidade do pesquisador ganha uma dimensão pública em seus textos e ainda, na condição de ‘objeto de análise científica’.” (Lopes, 2023, p. 52). Quais fronteiras ultrapassamos, quais bordas borramos, quais caminhos estamos a percorrer ao nos inserirmos em nossos textos para além do que uma antropologia mais conservadora instituiria como um exercício adequado da etnógrafa? Talvez nisso resida uma parcela tensão do debate. Mas vou além - quem é autorizado e quem não é autorizado a fazê-lo? Quem pode e quem não pode se lançar nesse tipo de empreitada?

Como já argumentei aqui e acolá, no caso de minha cena de pesquisa, para além daqueles possíveis ajuizamentos antropológicos aos quais nos expomos a partir de exercícios de escrita de si e de escrita autoetnográfica, os ajuizamentos morais também operam de forma intensa e pungente, de forma que o corpo é entregue a um escrutínio para além daquilo que se delimita pelos desafios ou ousadias da pesquisa *per si*, adentrando a uma lógica de controle sobre corpos femininos e diante da qual me percebo sob a égide da puta. Mas, sempre, com a clareza dos limites de ser a puta que não cobra, ou puta burra – aquela que não sabe ganhar dinheiro, como ouvi certa vez Lourdes Barreto falar de forma genérica sobre todas as mulheres. Ainda que Lourdes talvez não saiba, sua provocação vai de encontro a Silvia Federici (2019), que sugere que “a prostituição sublinha cada encontro sexual.” (p. 57), uma vez que a autora considera o sexo como

trabalho feminino. A afirmação de Lourdes também fomenta o debate proposto por Viviana Zelizer (2009) que questiona o senso comum de que o dinheiro corrompe a intimidade, nos convidando a refletir sobre como o elemento econômico media muitas de nossas relações, especialmente e de forma muito intensa, as de conjugalidade.

Das alegrias de ser uma “Puta que não cobra”

“Então, a pessoa que vai estar na relatoria, e mediando na relatoria, vai ser a nossa assessora, que está conosco há muito tempo, que não é profissional do sexo, mas não é porque não cobra, né?! E aí tá bom dela começar a cobrar o marido dela! É brincadeira, Débora. Mas se quiser fazer isso, eu não me incomodo não! (muitos risos) Mas deixando a brincadeira de lado, quem não quiser levar as questões para o grupo e quiser levar diretamente para Débora, fique à vontade!” (Diana, em áudio enviado em um grupo de trabalhadoras sexuais vinculadas à Anprosex).

A epígrafe acima tem um sentido profundamente rico para mim. A liberdade na forma como Diana se refere a mim em um grupo composto por muitas mulheres traduz intimidade, parceria, reconhecimento, aliança, afeto, cuidado, confiança e, no limite, trabalho etnográfico comprometido em dar retorno para as pessoas do território em que foi realizado. Tudo isso apenas foi proporcionado porque um dia, mesmo antes de conhecer Fátima Medeiros, finquei os pés, mostrei a cara e joguei meu corpo no cabaré. Eu não era puta que cobra. Também, não me tornei uma. Mas se eu trouxer Viviana Zelizer (2009) para essas notas finais, qualquer pessoa que acompanhar a racionalidade e lucidez de sua reflexão perceberá uma distância tênue entre a puta e a esposa – posto que ambas se dão a trocas sexuais em relações profundamente mediadas por trocas econômicas - uma no puteiro e outra no casamento.

Mulheres geralmente são socializadas sendo ensinadas sobre um monte de coisas que devem e que não devem fazer. As prescrições comportamentais podem ou não vir mediadas por figuras que devem cumprir a função de nos causar pânico - a exemplo da puta – a respeito de quem somos exortadas desde novinhas “cuidado para não parecer uma!”. Tomando como limite de lucubrações alguns raios alcançados por meu próprio

corpo, afirmo que pouquíssimas mulheres que conheço se dariam à empreitada de cair num cabaré, se permitindo ser lida como puta, deixando no ar a dúvida sobre ser ou não ser. Isso é muito menos sobre mim, ou minha atitude – a classificada por uns como corajosa, por outros como sem noção, ou ainda ousada, ou atrevida – e muito mais sobre as formas como corpos femininos são controlados, autorizados a circular, observados, vigiados, classificados, a despeito daquilo que são ou que pretendem ou não pretendem ser.

Assumo que no presente exercício reflexivo não tive pretensões ou condições de aprofundar com o vagar que gostaria nas questões mais analíticas, uma vez que há aspectos a respeito dos quais ainda não tive a oportunidade de me debruçar com maior comprometimento, especificamente sobre os trabalhos recentes sobre o corpo e sobre autoetnografia. O que me propus a fazer foi algo bastante incipiente, a partir de alguns *insights* estimulados por este grupo de trabalho, os quais, por sua vez, me conduziram ao vislumbre da possibilidade de, posteriormente, falar mais sobre o baile de máscaras na arena da academia. Por hora, sigo sendo uma puta que não cobra, com muito prazer e muito grata pela provocação que permitiu a produção desse texto!

Referências:

- BARCELLOS, Débora. **Putamovimento**: uma homenagem. Campinas: Oficinas Terrestres, 2025.
- BARCELLOS, Débora. **Memórias do Beco**: maternidade e prostituição. Campinas: Oficinas Terrestres, 2024.
- COELHO, Maria Cláudia. **Amigos e interlocutores**: emoção, trabalho intelectual e produção de conhecimento científico. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2024.
- DAMÁSIO, Ana Clara. “Queimem meus diários de campo!”: os segredos dos antropólogos e os antropólogos que habitam o segredo. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 1-11, 2026.
- DAMÁSIO, Ana Clara. Isso não é uma autoetnografia! **Mediações**, Londrina, v. 27, n. 3, p. 1-14, set.-dez. 2022.
- DELL’AGLIO, Daniela Dalbosco. “Pesquisadora-mãe”: articulações e praticidades em uma pesquisa sobre cuidado. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 48, n. 1, p.189-204, jan./abr. 2023.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 13, p. 155-161, 2005.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

GAMA, Fabiene; RAIMONDI, Gustavo Antônio; BARROS, Nelson Filice de. Apresentação - Autoetnografias, escritas de si e produções de conhecimento corporificadas. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 37, p. 1-10, 2021.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.

LOBO, Andréa. Elas por elas: nexos de cultivo em redes femininas de afeto ou, uma singela homenagem. **Civitas**, Porto Alegre, n. 24, p. 1-12, jan./dez., 2024.

LOPES, Natânia. **Atuar ou não como prostituta**: programa, etnografia, putativismo. Campinas: Ofícios Terrestres Edições, 2023.

LOPES, Natânia. Da borda ao fundo: política epistemológica entre pânicos morais e antropologias que não o são. *In*: TONIOL, Rodrigo; FLEISCHER, Soraya. (Org). **E quando a limonada antropológica azeda?** Porto Alegre: Zouk, 2023b.

PRADA, Monique. **Putafeminista**. São Paulo: Veneta, 2018.

ROBERTS, Nickie. **As prostitutas na História**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1998.

TEODORO, Débora Antonieta Silva Barcellos. “**Não somos sozinhas no mundo! Temos filhos, temos família!**”: maternidades e feitura de família entre trabalhadoras sexuais. 2025. 233f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2025.

TEODORO, Débora Antonieta Silva Barcellos. “Num tano com fome, tano com a barriga cheia, já tá bom demais!”: a fome a partir de narrativas do cotidiano. **Equatorial**, Natal, v. 10, n. 18, p. 1-20, 2023.

ZELIZER, Viviana. Dinheiro, poder e sexo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 32, p.135-157, jan./jun. 2000